



## INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL

Av. Vereador Abrahão João Francisco, nº 2600 - Edifício Cristine, Centro ITAJAÍ  
CEP: 88307301 - Tel: (47) 3348-8031

**Renovação de Licença Ambiental de Operação  
8907/2023**



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/68003/32764>

INSTITUTO ITAJAÍ SUSTENTÁVEL, com base no processo de licenciamento ambiental DIV/40850 e parecer técnico nº 29891/2023, concede a presente Renovação de Licença Ambiental de Operação à atividade abaixo descrita:

### Empreendedor

**Nome:** Carlos Eduardo da Cunha Viti

**CPF/CNPJ:** 00805191992

**Endereço:** Rua Carlos Seara, nº 699 - Apto 602, Vila Operária

**CEP:** 88303200

**Município:** ITAJAÍ

**Estado:** SC

### Empreendimento

**Viti Ambiental Ltda - 34841277000169**

**Atividade Licenciável:** 71.60.06 - Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil.

**Atividade Inerentes:** Não há presença de atividade secundária neste empreendimento

**Endereço:** Avenida Itaipava, nº 2246, Itaipava

**CEP** 88316300

**Município:** ITAJAÍ

**Estado:** SC

**Coordenadas UTM** X 726133.08, Y 7018032.67

### Da operação

Amparar a emissão da Renovação da Licença Ambiental de Operação de Unidade de reciclagem de resíduos da construção civil, localizada na Av. Itaipava, Nº 2246, no bairro Itaipava.

#### Descrição do Empreendimento

Trata-se de uma empresa voltada a segregação de resíduos da construção civil, com a remoção de resíduos recicláveis (papel, plástico, papelão, metais, madeira), sendo o material após a remoção dos recicláveis ser separado mecanicamente por peneiras e disposto para ser comercializado como agregados recicláveis. O empreendimento se destina ao recebimento de cargas de Resíduos da Construção Civil (RCC) para posterior triagem e reciclagem.

Possui este estabelecimento galpões onde é efetuada a segregação ou separação dos recicláveis, sendo a etapa seguinte o encaminhamento dos material para peneiras onde o material é processado e por fim direcionado a local de estocagem pronto para a comercialização.

O imóvel possui área total de 6.935,77 m². Conforme o Relatório Ambiental Prévio - RAP está previsto o recebimento de até 100 toneladas de resíduos por dia. Conforme a Resolução do CONSEMA 99/2017 a atividade é classificada como de porte Médio.

O porte do empreendimento não houve alteração, recebendo atualmente em dias mais fracos, aproximadamente 30 toneladas de resíduos e em dias de pico aproximadamente 88 toneladas. A média de recebimento de resíduos é de 65 toneladas por dia.

Na área serão recebidos resíduos de construção civil e volumosos, que serão depositados na área de descarga (Galpão 2 - coberto).

Posteriormente os resíduos passam por processo de triagem, que ocorrerá de forma manual com o auxílio de uma esteira rolante, e reciclagem daqueles classificados como Classe A pela Resolução CONAMA 307/2002. A reciclagem se refere ao processo de peneiramento (peneira vibratória) e classificação dos resíduos já triados, não havendo a trituração ou beneficiamento dos mesmos.

Conforme o projeto apresentado o material de Classe A será peneirado e classificados em 03 granulometrias.

Os resíduos triados classificados como Classe B (recicláveis), como plástico, papel/papelão, ferro/metalo, isopor, gesso, latas de tinta vazias, entre outros, serão armazenados temporariamente em galpão coberto e com piso impermeabilizado (Galpão 1) para posterior destinação final à empresas de reciclagem devidamente licenciadas. A madeira, que se enquadra nessa categoria, será armazenada em área aberta.

Já os resíduos classificados como de Classe C e D também serão integralmente triados dos demais e armazenados separadamente no Galpão 1, para posterior destinação a Aterro Industrial licenciado.

Para as atividades de operação do empreendimento são previstos 08 colaboradores. É presente nos documentos anexados o Certificado de Destinação Final emitido pela empresa Recicle CDF Nº 1814864/2023

#### Descrição e caracterização da área

O empreendimento está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, sendo sua classificação enquadrada na classe 2, conforme CONAMA 357/05, que estipula diretrizes ambientais para corpos d'água. Conforme o Diagnóstico dos recursos hídricos de Itajaí, o referido empreendimento fica localizado na sub-bacia do Rio Itajaí-Mirim, sendo mantido a área de preservação permanente, de 50 m de afastamento da borda do rio.

Não foi realizado um estudo detalhado a respeito do solo do terreno, porém, com base em levantamentos bibliográfico, a área onde foi instalado o empreendimento, o qual está inserido em Depósitos Sedimentares Quaternários, composto por Sedimentos Aluvionares Holocênicos e solo do tipo Gleissolo. Porém, o imóvel foi aterrado preteritamente com resíduos da construção civil, estando acima de sua cota original em aproximadamente 2,00 metros de altura.

O terreno possui topografia plana, com declividades variando de 0 a 2 graus.

O empreendimento localiza-se em via pavimentada, possuidora de drenagem pluvial, de rede de água potável, de abastecimento de energia elétrica, de em zona de recolhimento de resíduos sólidos pela empresa concessionária.

#### Aspectos Florestais

O empreendimento está situado em Área Urbana, portanto, não é necessária a averbação de Reserva Legal. Quanto aos aspectos florestais, para a implantação e operação do empreendimento não haverá a necessidade de supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, bem como de indivíduos arbóreos isolados, estando o imóvel recoberto por vegetação herbácea.

Deverá ser respeitada a faixa marginal do Rio Itajaí-Mirim, referente ao afastamento de 50 metros lineares em relação às margens do mesmo, sendo essa Área de Preservação Permanente - APP existente no imóvel (área total de 8834,00 m²) e objeto de Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD.

#### Controles ambientais

Diminuição da qualidade ambiental das águas subterrâneas e superficiais

Durante a operação da usina haverá a geração de efluentes sanitários pelos trabalhadores do empreendimento. Caso não haja tratamento adequado, estes efluentes podem comprometer a qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Como forma de mitigação deste impacto, a requerente prevê a instalação de sistema individual de tratamento dos efluentes composto por tanque séptico e filtro anaeróbio.

A atividade de armazenamento temporário dos resíduos em si, também é potencialmente causadora de impactos na qualidade das águas subterrâneas. A composição heterogênea dos RCCs (resíduos perigosos, inertes, recicláveis, etc) implica em uma necessidade de ser realizado um bom gerenciamento destes resíduos a fim de minimizar o impacto ambiental de sua disposição final.

Contudo, caso não seja feita uma correta segregação das diferentes classes dos RCCs em momento anterior ao seu tratamento (seja na sua geração ou na área de triagem do empreendimento), esta atividade pode causar a degradação do solo caso resíduos com potencial contaminação sejam depositados em locais desprovidos de cobertura e piso, e consequentemente das águas subterrâneas da região, especialmente caso sejam depositados resíduos perigosos, como por exemplo: tintas, solventes, óleos, telhas de amianto, etc.

Como forma de mitigar tal impacto, o estudo ambiental indica que será realizada a segregação dos resíduos que ingressam no empreendimento, de forma a permitir com que somente resíduos Classe A sejam estocados em solo exposto.

Haverá ainda a necessidade de melhorias no sistema de drenagem existente, composto por vala de drenagem aberta, projetado para a atividade de disposição de resíduos da construção civil, qual deverá contemplar sistema de separação de água e areia, evitando assim o carreamento de sedimentos ao Rio Itajaí-Mirim.

Diminuição da qualidade ambiental sonora e atmosférica

A alteração da qualidade do ar pode ser ocasionada em função da geração de material particulado em suspensão

decorrente das ações de movimentação do solo (limpeza do terreno, descarga de resíduos, movimentação de máquinas em vias não pavimentadas, etc.) e a emissão de gases devido à queima de combustíveis dos veículos e equipamentos utilizados.

A diminuição da qualidade do ambiente sonoro se dá, principalmente, pela movimentação de maquinário pesado, em vias não pavimentadas, e utilização de maquinário para a atividade de triagem e tratamento dos resíduos Classe A. Como medidas de controle deste impacto, o empreendedor propõe a aspersão de água nas vias internas e externas de circulação dos veículos e o controle sobre o tráfego dos veículos vinculados às obras em velocidade compatível com as vias e sem excesso de carga.

Entende-se que seja necessária a realização de manutenção regular e periódica dos equipamentos, máquinas e veículos utilizados nas obras e serviços, minimizando-se, assim, a emissão de gases poluentes, de material particulado e de ruídos sonoros fora dos padrões. O estudo prevê ainda o encapsulamento da peneira vibratória.

Ainda, a fim de minimizar os impactos sonoros e atmosféricos será solicitado Projeto de Cinturão Verde com a finalidade de gerar uma cortina verde de isolamento para o empreendimento.

#### **Impermeabilização do Solo**

Uma vez que haverá a construção de galpões, bem como acessos, e demais estruturas, ocorrerá a impermeabilização do solo nesses locais, o que acarreta ou contribui ao aumento da velocidade do escoamento superficial e na redução de áreas de infiltração.

Para mitigar esse impacto foi prevista a implantação de sistema de drenagem pluvial e projeto de reaproveitamento de águas pluviais, além da manutenção de uma área permeável equivalente a 10% do imóvel.

#### **Programas ambientais**

Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRSS (LAI)

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS (LAO)

Plano de Monitoramento de Emissão de Ruídos e Materiais Particulados (LAO)

#### **Medidas compensatórias**

Não há necessidade de medidas compensatórias, em face de não haver supressão de vegetação, nem tão pouco uso de espaço de Área de Preservação Permanente.

Deverá ser mantida, cercada e preservada a APP, com área de 911,90 m<sup>2</sup> presente no fundo do imóvel, esta junto a borda do Rio Itajaí Mirim.

#### **Análise técnica**

Trata-se de processo de licenciamento de empresa do ramo reciclagem dos resíduos da construção civil, de segregação, coleta, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil, estabelecida na Av. Itaipava, Nº 2246, no bairro Itaipava.

O empreendimento está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, sendo sua classificação enquadrada na classe 2, conforme CONAMA 357/05, que estipula diretrizes ambientais para corpos d'água. Conforme o Diagnóstico dos recursos hídricos de Itajaí, o referido empreendimento fica localizado na sub-bacia do Rio Itajaí-Mirim.

Não houve um estudo detalhado a respeito do solo do terreno, porém, com base em levantamentos bibliográfico, a área onde se pretende instalar o empreendimento está inserido em Depósitos Sedimentares Quaternários, composto por Sedimentos Aluvionares Holocênicos e solo do tipo Gleissolo. Porém, o imóvel foi aterrado preteritamente com resíduos da construção civil, estando acima de sua cota original em aproximadamente 2,00 metros de altura. O terreno possui topografia plana, com declividades variando de 0 a 2 graus.

A vegetação presente no imóvel se encontra em estágio inicial de regeneração, sendo composta principalmente por gramíneas e herbáceas.

O local de implantação deste licenciamento é um terreno com área de 6.935,77 m<sup>2</sup>, com área a construída de 669,95 m<sup>2</sup>, segundo informação contida no requerimento de análise de projeto Arquitetônico, o qual recebeu aprovação em 30/09/2019. Foram construídos 02 (dois) galpões, sendo o primeiro com área de 200,00 m<sup>2</sup> e um segundo com 360,00 m<sup>2</sup>. Será mantida uma edificação presente junto a parte frontal do terreno, está com área de 109,96 m<sup>2</sup> e posterior a esta construção a implantação de uma área de estacionamento com 10 vagas. O primeiro galpão estará distante da edificação existente de 115,85 m.

Para a construção dos galpões não ocorreu movimentação de terra, houve apenas a cravação de estacas pré-moldadas em concreto para receber a superestrutura da edificação (galpões).

Houve a construção de trecho de pavimento impermeabilizado para ser possível neste espaço a segregação de resíduos, por presença de resíduos contaminados no conteúdo de volumes a serem segregados.

Depositados os volumes estes são direcionados primeiramente para uma prévia segregação. Na etapa seguinte são removidos os resíduos que possam ser reciclados, como ferros, latas, papeis, papelões, madeiras e outros. Na sequência são direcionados até esteiras mecânicas, que irão conduzir os resíduos até as peneiras, as quais fazem a separação dos resíduos conforme o diâmetro de cada partícula.

Uma vez separados por sua dimensão serão armazenados em baias, para posterior comercialização.

Informa o requerente em seu estudo, que durante a construção dos galpões do empreendimento haverá pouca geração de resíduos, em razão de que os galpões onde serão segregados os resíduos, são em estrutura de concreto armado, com cobertura em estrutura metálica, com reduzida produção de resíduos, frente a uma construção em alvenaria convencional. O volume embora reduzido de resíduos, gerados durante a execução da obra, serão classificados e

armazenados dentro do espaço do galpão em construção. Estando o empreendimento concluído e em operação, com a documentação regularizada, foi realizado o aproveitamento dos resíduos gerados durante a obra, assim como a devida destinação dos resíduos que não viabilizarem a reciclagem.

Em se tratando de destinação final de resíduos da construção civil a opção ambientalmente mais adequada se refere às Usinas de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil, empreendimentos com maior potencial de segregação. Uma vez que se utilizam de maquinário (esteiras rolantes) no auxílio à triagem dos materiais, o que facilita a triagem integral dos mesmos, realiza-se a reciclagem dos resíduos classificados como Classe A para posterior utilização / reaproveitamento em aterros, em sub bases nas construções, e como matéria prima na confecção de artefatos de cimento como meio fio, moirões, etc. Ou seja, grande parte dos resíduos destinados a usina tem potencial para reaproveitamento e reciclagem, exceto aqueles contaminados e com características domiciliares (orgânicos).

Portanto, a operação desse empreendimento ora analisado é de grande benefício para o município, sendo essa a segunda usina de reciclagem nesses moldes a se instalar em Itajaí, com a possibilidade de triagem integral dos resíduos de construção civil e volumosos.

Outra usina existente no município, recebe apenas o resíduo Classe A limpo, provenientes de empresas de demolição e, portanto, não há a triagem de materiais no local, somente da ferragem existente nos concretos recebidos.

O empreendimento ora analisado se propõem a receber todos os tipos de resíduos de construção civil e volumosos, com capacidade para o recebimento de até 100 toneladas/dia.

Quanto aos impactos ambientais decorrentes da atividade, o de maior preocupação se refere à emissão de ruído e de particulados, uma vez que a usina utilizará maquinário para a triagem e peneiramento dos resíduos, além do contínuo acesso de caminhões. Por não haver moradias em proximidade com o local desta empresa, os ruídos lá produzidos não promovem perturbação para a vizinhança.

Conforme a Lei Complementar nº 215/12, o imóvel está inserido na Zona Urbana - ZU4, destinada aos usos habitacionais, comercial, comércio e serviço, institucional e indústria de baixo impacto.

Conforme o artigo 60º, inciso IV define:

"[...

IV - Indústria: atividade pela qual resulta a produção de bens, pela extração ou transformação de insumo:

a) indústrias de baixo impacto (I1) - atividades industriais compatíveis com o uso residencial e não incômodas ao entorno, com área construída inferior a 100 (cem) metros quadrados.

b) indústrias de médio impacto (I2) - atividades industriais compatíveis ao entorno, não geradoras de intenso fluxo de pessoas e veículos, com área construída inferior a 400 (quatrocentos) metros quadrados.

...]"

A atividade ora analisada apresenta porte médio, conforme a Resolução CONSEMA 99/2017, porém a atividade não se enquadraria como industrial (2), em função de sua área total construída, que contempla:

Galpão 1 = 200,00 m²; Galpão 02 = 360,00 m²; totalizando uma área de 560,00 m².

A área no entorno é ocupada por residências uni e multi familiares, indústrias (Olarias), serviços e comércio.

Porém, em 04 de junho de 2019 o Conselho Municipal de Gestão de Desenvolvimento Territorial de Itajaí decidiu permitir a implantação dessa usina de reciclagem de resíduos da construção civil no endereço já mencionado acima - Deliberação nº 432.

Desta forma, uma vez que a atividade apresenta viabilidade urbanística, e procurando minimizar os incômodos à população vizinha, será solicitado a implantação de Cinturão Verde, conforme foi estabelecido nas Condicionantes da LAO Nº 705/2020.

Em vistoria in loco, observou-se que a Condicionantes Nº 04, da LAO nº 705/2020 implantação do Cinturão Verde, não foi implantada. Foi questionado o requerente, sobre tal ausência. Como resposta veio a seguinte afirmativa:

- Em resposta a solicitação de implantação de Cinturão Verde, previsto em Condicionante, veio afirmar o requerente que: Esta condição torna-se inviável a sua implantação, diante de forma como é realizada a operação e a atividade do negócio, visto que o terreno é possuidor de pequena largura ( 16,68 m) de frente. Contribui a existência de galpões de triagem e armazenamento dos resíduos, os quais possuem 12 m cada. Para ser possível a passagem e manobra de veículos (caminhões) e máquinas resta apenas um espaço com 4.68 m de largura, Esta condição inviabiliza a implantação de tal procedimento. Relata ainda o requerente que nos espaços onde não há presença de galpões, os caminhões realizam em pequena área , manobra, carregamento, descarregamento e retorno, conforme atestado em vistoria técnica realizada em 23/11/2023. - Para minimizar os efeitos provocados pela movimentação de caminhões, como a elevação de poeira, é informado pelo requerente, que há rotineiramente a aspersão de água, com volume originado em reservatório de águas pluviais, com **volume de 5000 lts**, colhida na cobertura de um dos galpões. Este procedimento evita a propagação de poeira para propriedades vizinhas a este empreendimento.

Com relação a geração e gestão de resíduos foram implantados: Galpão 1, com área aproximada de 200,00 m², destinado ao armazenamento temporário dos resíduos triados classificados como de Classe B, C e D, devidamente coberto e com piso impermeabilizado (argila); Galpão 2, devidamente coberto, onde são depositados os resíduos recebidos e integralmente triados, com utilização de esteiras com controle de velocidade. Ou seja, apenas ficam depositados em solo exposto os resíduos Classe A reciclados (agregados), armazenados para futura comercialização. No pavimento do galpão 01 e 02 houve adição de camada de lona plastica, por sobre camada regular de argila, sendo

que esta camada construída com uma declividade mínima de 1%, visando ser direcionado possíveis fluxo de efluentes gerados pela manipulação dos resíduos. No local de menor cota topográfica, ficará tubulação que irá direcionar o eventual efluente e direciona-lo até reservatório enterrado, no qual ficará armazenado e lacrado. Quando seja observado que o volume deste encontra-se com volume hábil para ser removido, deverá o requerente solicitar empresa de recolhimento de efluentes, que irá remove-lo e direcionar até empresa que faça a seu correto tratamento e destinação final.

Toda água captada será utilizada para aspersão e controle da emissão de materiais particulados.

Em virtude da drenagem existente ter sido projetada para a atividade de disposição final de RCC em aterros, pré-existente, e que a mesma se encontra totalmente assoreada, será solicitado projeto de drenagem, com inserção de contentores de sedimentos (caixas de areia), visando o controle no aporte de sedimentos ao Rio Itajaí-Mirim.

Considerando que a atividade de usina de reciclagem de resíduos da construção civil é uma atividade licenciável por este Instituto, conforme indicado na listagem contida no Capítulo III da Resolução do CONSEMA nº 99/2017, atividade nº 71.60.06.

Considerando que essa atividade é ainda prevista na Lei Municipal 6141/2012, que institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, como sendo um dos destinos ambientalmente adequados para os resíduos da construção civil - RCC gerados no Município de Itajaí.

Não nos opomos a renovação da Licença Ambiental de Operação do empreendimento em comento.

## **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO EMPREENDIMENTO**

Foto 01- Vista de galpão de armazenagem de materiais e ferramental. No canto direito da imagem visível reservatório de águas pluviais.

Foto 02- Imagem de local de estacionamento de caminhões e guarda de caçambas de coleta e transporte de resíduos.

Foto 03- Vista do galpão de triagem, separação e processamento de resíduos.

Foto 04- Imagem de esteiras de separação do agregado processado

Foto 05- Vista parcial do terreno. Ao fundo a área de APP mantida.

### **Condições específicas**

1- Deverá apresentar anualmente relatório Técnico contendo comprovantes sobre os volumes coletados, os destinados a reciclagem e os comercializados como agregados recicláveis;

2- Deverá ser implantada placa no modelo INIS com informativo de local possuidor de licença de Operação.

3- Foi implantado o sistema de captação de águas pluviais. Visa o uso do volume armazenado a aspersão de água, junto ao local de transito de caminhões, no interior da área do empreendimento.

### **Conclusão**

Considerando que a atividade de usina de reciclagem de resíduos da construção civil é uma atividade licenciável por esta Fundação, conforme indicado na listagem contida no Capítulo III da Resolução do CONSEMA nº 99/2017, atividade nº 71.60.06.

Considerando que essa atividade é ainda prevista na Lei Municipal 6141/2012, que institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, como sendo um dos destinos ambientalmente adequados para os resíduos da construção civil - RCC gerados no Município de Itajaí; Considerando que o projeto Arquitetônico aprovado pelo SMU, em 30/09/2019. Considerando que foi apresentado e executado o projeto hidrossanitário e de drenagem pluvial.

Mediante o exposto, sugere-se a emissão da Licença Ambiental de Operação – LAO, para a atividade de Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil, observando-se as condicionantes listadas no próximo item.

Sempre que julgar necessário, o INIS solicitará informações e/ou estudos complementares. Este parecer não dispensa nem substitui alvarás, certidões ou exigências de qualquer natureza, exigidas pelas Legislações Municipal, Estadual e Federal.

É o parecer.

### **Documentos que fundamentam o parecer**

Boleto de taxa de licença de Operação;

ART Nº 7150219-7 do Eng. Ambiental Rafael Augusto da Cunha Vitti, CREA-SC Nº 133202-7;

ART Nº 8754322-4, do Eng. Ambiental Rafael Augusto da Cunha Vitti, CREA-SC Nº 133202-7 (2023);

CNPJ da Empresa Vitti Ambiental;

Comprovante do pagamento de Taxa de licenciamento;

Comprovante com Taxa de água do SEMASA;

Dados do Requerimento 6024;

Declaração de que a Av. Itaipava não é contemplada com rede coletora de esgoto cloacal;

Relatório de cumprimento de condicionantes presentes na LAI;

Certidão de Procuração do titular do empreendimento;

Relatório Técnico (2023);

Ofício de Resposta questionamento;

Modelo de Requerimento (2023);

#### Local e data

Itajaí, 29/11/2023

#### Equipe técnica

Eng. Civil João Antônio Romeu de Castro, Matrícula Nº 1942401

#### Atendimento das condições de validade da licença anterior

Não houve alteração no Projeto Arquitetônico.

Não houve alteração no projeto de drenagem pluvial e no hidrossanitário;

Será mantido e conservada a área de APP, com manutenção do PRAD.

#### Documentos em Anexo

Nada consta.

#### Condições de Validade

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

#### Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

#### Data, local e assinatura

**ITAJAÍ**, 30 de novembro de 2023

Mário Cesar Ângelo

**Diretor Presidente - Portaria 0725/2022**

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por Mário Cesar Ângelo em 30/11/2023 14:20:06